Rebeliões estudantis refundam a luta social pelo público

ROBERTO LEHER

A ocupação da reitoria da Universidade de São Paulo (USP) foi uma ruptura no *continuum* do tempo marcado pelo conformismo e pela aceitação passiva da ofensiva neoliberal. Provavelmente foi o ato de maior visibilidade nas lutas universitárias da presente década. A extensão – quase dois meses –, as nuvens de chumbo que cobriram o céu da USP, anunciando uma dura repressão, e a gravidade dos decretos do governador José Serra[1], que foram o estopim do movimento, exaltam sua importância. O substantivo simbolismo da ocupação, contudo, ultrapassa tudo isso. Nos termos de Mafê, "a pauta ficou muito pequena"[2] para a dimensão dos acontecimentos, uma opinião difundida na ocupação.

No mesmo período, diversas outras reitorias foram ocupadas em todo o país por estudantes das universidades federais em luta contra medidas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Caso a reação estudantil não

[1] Decreto nº 51.460, de 1/1/2007, que define a organização básica da Administração Direta e suas entidades vinculadas; Decreto nº 51.461, de 1/1/2007, que organiza a Secretaria de Ensino Superior; Decreto nº 51.535/07, que dá nova redação ao art. 42 do Decreto nº 51.461; Decreto nº 51.471, de 2/1/2007, que dispõe sobre a admissão e a contratação de pessoal na Administração Direta e Indireta; Decreto nº 51.636, de 9/3/2007, que fixa normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2007; e Decreto nº 51.660, de 14/3/2007, que institui a Comissão de Política Salarial (CPS).

[2] Maria Fernanda (Mafê), *Brinquedos de armar*. Disponível em: <http://ocupacaousp.noblogs.org>, postado em 25/7/2007, acessado em setembro de 2007.

Margem 10 FinalB.pmd 97 15/11/2007, 21:18

tivesse sido realizada com a radicalidade de gestos, atos e palavras, uma vitória do governo estadual contra a autonomia (mesmo incompleta) das universidades públicas do Estado de São Paulo certamente repercutiria no restante das instituições públicas e, em particular, nas federais, em um contexto no qual o Ministério da Educação concebe essas instituições como uma repartição pública que deve ser inchada de estudantes em cursos breves, à distância e ministrados por pós-graduandos[3].

É observável que nenhum setor dominante manifestou qualquer simpatia pela causa – aliás, esses setores demonstraram desaprovação do método utilizado –, evidenciando o completo desprezo das frações burguesas locais pela universidade pública, atualmente uma instituição irrelevante para o padrão de acumulação em curso no Brasil e na América Latina. A universidade deixou de ser uma preocupação até mesmo para os setores que estão perdendo espaço na economia hegemonizada pelo capital rentista, pelo agronegócio e pelo setor exportador de *commodities*. Uma matéria de *Veja*[4] é ilustrativa dessa situação: mesmo as frações burguesas decadentes que, em geral, se expressam por meio dessa revista, preferiram qualificar a ocupação de ato baderneiro, apresentando os decretos de José Serra como confusão do governo e ignorando as questões concretas que motivaram a ocupação.

Por que tanto temor diante de um gesto que, afinal, não é estranho às lutas universitárias brasileiras e latino-americanas? A feroz repercussão do movimento na grande imprensa provavelmente está relacionada com o temor de desdobramentos de massa que abalaram governos não apenas neoliberais, mas também social-liberais, como a Revolta dos Pingüins no Chile (2006), a insurreição da juventude francesa (2005, 2006), a Comuna de Oaxaca (2006), as gigantescas mobilizações populares contra a fraude eleitoral no México (2006) e, antes, a longa greve na Universidad Nacional Autónoma de México (Unam), em 1999, que, na forma, aproxima-se muito da ocupação da USP. Para a esquerda socialista, a forma de luta adotada pelos estudantes brasileiros parecia sumamente promissora e, por motivos opostos, também para a nova e velha direita a ocupação parecia anunciar lutas que poderiam sair dos estreitos limites observados pelas entida-

[3] Ver Decreto nº 6.069/07 e os atos normativos que o operacionalizam.

[4] Álvaro Leme, Maria Paola de Salvo e Sandra Soares, "Estão brincando com fogo", em *Veja São Paulo*, 30 de maio de 2007.

Margem 10 FinalB.pmd 98 15/11/2007, 21:18

des representativas burocratizadas, colocando em risco a ordem social e a governabilidade. Por todos esses fatores, o setor conservador da sociedade considerou que era preciso cortar pela raiz aquilo que julgavam ser o mal.

Uma das análises de maior repercussão sobre o movimento, divulgada na *Folha de S.Paulo* por meio de uma entrevista (posteriormente editada) com três docentes de esquerda, colocou em relevo a existência de tensões e contradições na ocupação, como o uso de meios subversivos para alcançar objetivos dentro da ordem estabelecida.

> Zapatistas, ex-maoístas, trotskistas, independentes se juntaram, ocuparam a reitoria para que o reitor tivesse o direito do pleno exercício da execução orçamentária e financeira de uma universidade, que é puro *establishment*. "É uma subversão pela ordem", afirma Arantes, o mais próximo dos alunos. "O famoso Estado democrático de Direito sendo violado nas suas regras elementares – que é o funcionamento de uma autarquia – provocou um ato considerado de subversão revolucionária para colocar as coisas no seu lugar, que é um lugar conservador.[5]

Entretanto, mesmo diante dessas contradições, há uma convergência na análise de que a forma adotada pelo movimento é, ela mesma, conteúdo:

> "No conteúdo, não há nenhuma alternativa política substantiva. Na forma, é uma ação política inédita, que tende a se multiplicar, como fórmula, independentemente do conteúdo. O contágio então vem da tecnologia política, do modo de fazer. O conteúdo está na forma", diz Arantes. [...] "Simplesmente estamos nos dando conta de que política pode ser outra coisa. Um pontapé na porta rompeu uma rotina de decretos, de apatia. E fez com que um governo prepotente revogasse os decretos.[6]

O motivo do temor dos setores dominantes provocado pela ocupação da USP foi a possibilidade de ampliação da luta da juventude paulista, a exemplo do que ocorrera na França e no aparentemente

[5] Entrevista com Francisco de Oliveira, Laymert Garcia dos Santos e Paulo Arantes, editada por Uirá Machado, "Invasão na USP revela um desejo paradoxal por ordem", em *Folha de S.Paulo*, 24 de junho de 2007.

[6] Idem.

Margem 10 FinalB.pmd 99 15/11/2007, 21:18

domesticado movimento estudantil do Chile, que protagonizou o movimento de massa conhecido como a Revolta dos Pingüins (2006).

Diversos colégios, liceus e escolas chilenas foram ocupados pelo movimento. A pauta da ocupação incluiu pontos tão diversos como o transporte gratuito, a revogação da Lei Orgânica Constitucional de Educação (Loce) e o fim da municipalização do ensino, o que significa, na prática, exigir a desmercantilização da educação, concebendo-a não como um serviço, mas como um direito. Vale lembrar que a Loce foi imposta pela ditadura do general Pinochet em 1990, permitindo a participação do setor privado na prestação de "serviços" educativos.

Como ocorrido na ocupação da USP, a organização unitária não suprimiu a auto-organização de grupos diversos, compreendendo desde forças de esquerda radicais organizadas, já presentes no movimento estudantil, mas defensoras da autonomia do movimento diante dos partidos e governos, até uma miríade de estudantes independentes. Os estudantes se organizaram em uma "Assembléia Coordenadora de Estudantes Secundários", definiram que os porta-vozes seriam rotativos e responderiam diretamente à assembléia de representantes, por meio de práticas de democracia direta e de representação por mandato. A classe política e os partidos políticos tradicionais foram descartados como sujeitos desse movimento. A revolta esboçou uma nova forma de fazer e construir a política democrática[7].

Embora a dimensão latino-americana não tenha assumido centralidade, é possível argumentar que existem similaridades entre a ocupação da USP e muitas das lutas que transtornaram as universidades e escolas latino-americanas. Lembrando um aspecto introduzido por Arantes, o da radicalidade que faz da forma um conteúdo, não é difícil encontrar similaridades entre a experiência brasileira, a Revolta dos Pingüins e a greve da Unam, por exemplo. Todos esses movimentos recusaram delegar o poder a formas institucionalizadas de representação, que, embora presentes, tiveram de se submeter às formas mais diretas de democracia, ao "mandar obedecendo" zapatista. Outro traço comum desses movimentos é a reivindicação de uma educação não mercantilizada, recolocando na agenda política a questão do público.

[7] Juan Carlos Gómez Leyton, "La rebelión de las y los estudiantes secundarios en Chile. Protesta social y política en una sociedad neoliberal triunfante", em *Revista Osal*, ano VII, n. 20, mai.-ago. 2006, p. 107-16.

Margem 10 FinalB.pmd 100 15/11/2007, 21:18

A opção por pautas concretas e facilmente identificáveis (revogação da Loce e dos decretos do governo Serra) não é contraditória com as lutas anti-sistêmicas. Embora as pautas pareçam ter se tornado menores do que os movimentos ao centrar o foco na luta pelo público, podem, pela ação política, conter germes anticapitalistas. Não há como universalizar o público sem lutar contra a mercantilização de todas as esferas da vida e, por conseguinte, contra o império do capital.

Após um quarto de século de "tecnicismo pedagógico" e relativismo epistemológico, os referidos movimentos ressituaram a questão da educação como parte das lutas sociais. A iracunda reação da direção da Faculdade de Direito[8] da USP por ocasião do ato simbólico de ocupação dessa instituição durante 24 horas, por um conjunto de entidades, entre as quais o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é indicativa de que o nó górdio das lutas é mesmo a junção das lutas da juventude das periferias e do campo, dos estudantes, dos sindicatos autônomos e dos movimentos sociais anti-sistêmicos. Muitos que apoiaram a ocupação estudantil foram inflexíveis no apoio à repressão aos sem-terra, qualificados como membros estranhos à vida universitária – justamente a situação que a jornada de lutas pretende denunciar e reverter.

Finalmente, essas rebeliões e mobilizações estudantis recolocam a questão fundamental da função social da universidade.

> Após a efetivação do projeto liberal de formação de uma elite política nacional, fundador da USP, o que resta? A universidade de massas? É possível um projeto [...] que se contraponha à dominação neoliberal? O que afinal produzimos? (Patentes? Discursos? Legitimidade? Poder?) É ainda possível se opor à privatização branca das fundações? A universidade transformou-se num mero guarda-chuva operacional para se chegar aos fundos da Capes, CNPq e Fapesp? Até onde se está disposto a criticar o *modus* produtivista imposto pelas organizações de fomento? A figura do

[8] Em 21 de agosto, como parte da Jornada Nacional em Defesa da Educação Pública, a Faculdade de Direito da USP foi pacificamente ocupada como forma de divulgar os dezoito itens consensuais da mobilização. Os movimentos participantes pretendiam permanecer 24 horas no local, promovendo atividades culturais e debates políticos. Entretanto, às 2h30 da madrugada, cerca de 120 policiais desocuparam o prédio à força, prendendo dezenas de manifestantes e ferindo outros tantos. De acordo com a Polícia Militar, a solicitação da ação partiu do diretor da faculdade e contou com a autorização do governador José Serra.

Margem 10 FinalB.pmd 101 15/11/2007, 21:18

> intelectual militante é uma abstração mítica? Ou existe vida inteligente fora do privatismo dos parcos grupos de estudo em que se encerrou boa parte dos intelectuais de esquerda? Seria essa a melhor solução? Que consciências estão ajudando a formar a partir de sua própria postura?[9]

As indagações do texto são perguntas cruciais que devem orientar a luta por uma reforma radical das universidades. Em 2008, toda a América Latina celebrará os noventa anos das lutas estudantis de Córdoba. Por ora, a consigna de uma universidade a serviço de um projeto de desenvolvimento nacional está superada por falta de sujeitos que possam levá-la adiante. Como indicado anteriormente, as frações locais da burguesia não podem mais liderar esse projeto. Assim, a bandeira histórica da universalização da universidade pública, como parte de um projeto de nação em que caibam todos os povos, terá de ser empunhada pelos movimentos sociais classistas. As recentes rebeliões da juventude, ao recolocarem a questão da democracia, do público e da função social da universidade emancipatória, são cunhas que ampliam as fendas para a sociedade do futuro.

[9] Maria Fernanda (Mafê), *Brinquedos de armar*, cit.

Margem 10 FinalB.pmd 102 15/11/2007, 21:18